

A REPRESENTAÇÃO IMAGÉTICA DO CULTO IMPERIAL NA MOEDA *SEMIS* DA COLÔNIA PATRÍCIA DURANTE O PRINCIPADO DO IMPERADOR OTAVIANO AUGUSTO (29 AEC– 14 EC)

THE IMAGETIC REPRESENTATION OF IMPERIAL WORSHIP ON THE SEMIS
COIN OF COLONIA PATRICIA DURING THE PRINCIPATE OF EMPEROR
OTAVIANO AUGUSTO (29 AEC – 14 EC)

ALAN ARAÚJO DE OLIVEIRA BRITO¹
ALINE BRASILIENSE DOS SANTOS BRITO²
LILIANE CRISTINA COELHO³

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar o culto imperial a partir da moeda denominada *semis*, cunhada na Colônia Patricia, durante o governo de Otaviano Augusto, primeiro imperador romano na sua fase imperial. Para tanto, a metodologia utilizada para análise da fonte em questão é o método iconográfico proposto por Erwin Panofsky, organizado em três níveis, quais sejam: descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e interpretação iconográfica.

PALAVRA-CHAVES: Imagética; Moeda; Culto imperial; Colônia Patricia.

ABSTRACT

This article aims to analyze the imperial cult from the coin called *semis*, minted in the Patricia Colony during the government of Octavian Augustus, the first Roman emperor in his imperial phase. Therefore, the methodology used to analyze the source in question is the iconographic method proposed by Erwin Panofsky, organized into three levels, namely: pre-iconographic description, iconographic analysis and iconographic interpretation.

KEYWORDS: Imagery; Currency; Imperial cult; Patricia Colony.

¹ Professor licenciado em História e Pós-graduado em História Antiga e Medieval pelo Instituto Tecnológico e Educacional Cascavel /PR-ITECNE. Professor de História da Secretaria Estadual de Educação do Pará -SEDUC. E-mail: Alan-historia@hotmail.com

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará. Mestre e graduada em Filosofia pelo Programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal do Pará. Professora efetiva de filosofia na Escola de Aplicação da UFPA. E-mail: alinebrasiliensedebrito@hotmail.com.

³ Doutora em História Antiga pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE e da Faculdade Santa Madalena Sofia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Antiguidade – NEA, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: liliane.coelho@uniandrade.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar o culto imperial expresso na moeda *semis*, cunhada na Colônia Patrícia, região da Espanha, denominada Córdoba. Tal moeda traz, no seu anverso, a efígie do Imperador Otaviano Augusto e, no seu reverso, as insígnias sacerdotais, *Apex*⁴ e *Simpulum*, as quais fazem referência ao cargo de flaminato e Pontífice Máximo⁵ durante o seu governo. Isto é, o Imperador Augusto usou as moedas para legitimar seu poder político-administrativo e religioso em suas províncias e colônias. Esse é o caso da Colônia Patrícia, que será tratado deste breve artigo.

A presente temática desenvolveu-se a partir primeiramente do interesse em História Antiga de um dos autores, mais especificamente, em História da Roma Antiga referente ao Principado do Imperador Otaviano Augusto, assunto que o fascina desde a escola básica até o curso de Licenciatura em História. Posteriormente, essa temática foi desenvolvida em forma de artigo para conclusão do curso de especialização em História Antiga e Medieval pelo Instituto Tecnológico e Educacional -ITECNE, tendo a orientação da Profa. Dra. Liliane Cristina Coelho, que forneceu contribuições preciosas à construção desta pesquisa. Além disso, o referido autor, é historiador numismata, ou seja, colecionador de moedas de diversos períodos históricos, em especial, as moedas cunhadas com efígie do Imperador Otaviano Augusto, primeiro imperador da fase imperial da Roma Antiga.

Desse modo, consideramos a moeda como fonte histórica essencial para reconstituir o passado, pois, por meio dela, podemos ter referências das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais de um determinado período de uma sociedade. Trata-se, portanto, de um pequeno artefato, a exemplo da moeda em questão, carregado de informações valiosas para o estudo da História, através de seus elementos

⁴ Segundo Barbosa (2013), o Apex é o símbolo usado como menção ao cargo Flaminato.

⁵ Segundo Soeiro (2013), o chefe, o Pontifex Maximus (Pontífice Máximo), era eleito pelo povo nos Comícios. Ele tinha as seguintes atribuições: a) superintendia todos os negócios da Religião; b) conhecia as diferenças que ela ocasionava; c) explicava os Mistérios e regia as cerimônias; d) não era responsável pelas suas ações e exercia a sua autoridade sobre os demais sacerdotes, a quem punia pelas faltas que fizessem; e) era obrigado a escrever a História Romana, ano por ano; f) o Pontífice Máximo era tão venerado que todos os imperadores até Flavius Gratianus foram revestidos desta dignidade (SOEIRO, 2013). A palavra “Pontífice” origina-se do poder que tinham nos sacrifícios e em tudo que era concernente à Religião (posse facere), e de uma Ponte de Madeira que deviam fazer sobre o rio Tibre (Tiberis) e repará-la (potem facere), porque nela só passava o que era necessário aos sacrifícios (SOEIRO, 2013).

básicos: anverso (cara) e reverso (coroa). Esses dois elementos contêm conhecimentos preciosos, com imagens, inscrições etc. que trazem uma mensagem de uma época específica, revelando sua carga ideológica e, conseqüentemente, as relações de poder político, social, cultural e religioso estabelecidas no tempo e no espaço. Sobre essa questão, Costilhes (1985, p. 11) comenta:

A numismática é uma ciência ligada à arqueologia e à história; na maioria das escavações arqueológicas são encontradas moedas que, pela sua identificação, permitem datar moedas poucos legíveis. O historiador encontra nas moedas testemunhos concretos de fatos históricos e as vezes mesmo a revelação de acontecimentos desconhecidos pela ausência de outros documentos da época.

Babelon (apud CARLAN, 2012, p. 16) também afirma o seguinte:

O campo da numismática é imenso, pois a moeda reveste-se de aspectos infinitamente variáveis, uma mina de informações sobre a História das religiões, dos costumes da arte, das relações sociais ou comerciais, sobre a civilização, sobre a política.

Segundo Costilhes (1985), a numismática como ciência tem se consolidado usando diversos métodos científicos precisos, como a estatística, a metalurgia, a metrologia, entre outros. Sendo assim, a numismática se distancia, cada vez mais, da imagem de mero *hobby* para colecionadores ávidos por moedas preciosas. A respeito dessa discussão, Carlan e Funari (2012, p. 29) evidenciam que

(...) as moedas, entretanto, podem fornecer dados históricos importantes, como documentos, cujas informações são apresentadas, em sua maior parte, na forma de imagens. Pode realizar-se, assim, uma análise dos aspectos políticos e ideológicos iluminados pelas moedas tomadas como documentos mediante a aplicação de uma série de métodos par identificação e decodificação das imagens (...)

Dessa forma, ressalta-se que as moedas não são apenas simples pedaços de metal sem significado, mas fontes históricas que revelam para o historiador evidências do passado, ou seja, indícios das estruturas sociais de uma época, compostas de ideologias as quais objetivam, por exemplo, consolidar a legitimação do poder político-administrativo de um governante para manter seu *status quo*.

Carlan e Funari (2012) reforçam o pensamento de que as moedas são sempre cheias de significantes e significados, servindo de propaganda para a construção da imagem do governante, com o objetivo de passar a ideia para seus governados de que

tem plena autoridade política. Acerca disso, Chartier (apud CARLAN e FUNARI, 2012, p. 71) observa:

(...) há uma necessidade de construir séries homogêneas desses signos do poder: sejam as insígnias que distinguem o soberano dos outros homens (coroas, cetros, vestes, selos), monumentos que ao identificarem o rei marcam também o Estado, até mesmo a nação (as moedas, as armas, as cores) ou os programas que têm por objetivo representar simbolicamente o poder do Estado (...)

Ainda de acordo com Carlan e Funari (2012, p. 73), “as moedas, com suas imagens e símbolos, atingem, de forma desigual, analfabetos e pessoas letradas, pessoas que dominam as sutilezas de algumas imagens e outras que as ignoram”. Na Antiguidade, a moeda estava ligada ao território, que permanecia subordinado a um mesmo poder político (TAVARES apud CARLAN e FUNARI, 2012). Isto é, a moeda era a principal propaganda do poder político central. Por meio dela, o governante, no seu exercício, legitimava seu poder político-administrativo e religioso, enquanto conservava seu *status quo*.

Durante o período da República romana (509-31 a.C.), as moedas faziam referência aos oficiais da aristocracia romana, pois eles se encarregavam da emissão delas, bem como demonstravam, por meio dessas peças, o culto das divindades e a cerimônia religiosa (CARLAN, 2012). Todavia, com o início do Principado do Imperador Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) e seus sucessores, o sistema monetário romano ficou subordinado à Casa Imperial, em oposição à aristocracia romana. Sobre tal questão, Carlan e Funari (2012, p. 52) explicam:

(...) o destaque na figura do imperador mostrava a centralização do poder ou, ao menos, a pretensão dos governantes em passar uma imagem de personalização da autoridade na sociedade em geral e na emissão monetária, em particular (...)

Ou ainda para Martin (2014, p. 158):

A comunicação da imagem do imperador como líder bem-sucedido e patrono e generoso era fundamental para promover a estabilidade do novo sistema. Augusto foi brilhante no uso de meios tão pequenos quanto moedas (...) sendo a única fonte de mensagens oficiais produzidas em massa, as moedas podiam funcionar de forma semelhante à propaganda política em cartazes ou adesivos atuais. As moedas de Augusto proclamavam slogans como “restaurador da liberdade” para lembrar o povo de sua alegação de ter restaurado a República, ou “foram construídas estradas”, para enfatizar os gastos de fundos particulares (...).

Na historiografia, o debate sobre a utilização da moeda como propaganda política dos imperadores romanos consolidou-se a partir do governo do Imperador Augusto (CARLAN e FUNARI, 2012). À vista disso, trataremos especificamente do caso da Colônia Patrícia, refundada por Otaviano Augusto, localizada na Espanha, atual Córdoba, onde circulava a moeda *semis*. Assim, este estudo pretende perguntar à seguinte questão problematizadora: De que forma a moeda *Semis* da Colônia Patrícia demonstrava as relações políticas -administrativas e religiosas que foram estabelecidas pelo imperador Otaviano Augusto 18/19-2 a.C. durante seu Principado para consolidação do culto sacerdotal?

A REPÚBLICA ROMANA EM CRISE

A República romana transformou Roma em um império, pois este era incompatível com seu tempo, ou seja, era anacrônico (ANDERSON, 2004). Quer dizer, a República romana foi marcada pela expansão no mar mediterrâneo, que trouxe riquezas dos saques que Roma fazia em suas províncias conquistadas. No entanto, toda riqueza trazida de outras partes do mediterrâneo beneficiava apenas a aristocracia senatorial, que a concentrava em suas mãos por meio das terras (*Ager public*) e do trabalho escravo, enquanto outros setores menos abastados da sociedade romana estavam em plena pobreza, como, por exemplo, a baixa plebe romana, os pequenos agricultores e o próprio exército.

Nas palavras de Anderson (2004), ocorreram dois fatores que levaram à crise da República romana: a rebelião dos irmãos Graco pela luta da terra, que, posteriormente, foi suprimida pela aristocracia senatorial, e a crise no exército. No tocante ao primeiro fator, pode-se dizer que a aristocracia senatorial se apropriou das terras dos pequenos e médios agricultores. Essa apropriação do *Ager public* (terras públicas) ocorreu devido à República romana não financiar os armamentos dos seus soldados. Em contrapartida, os pequenos e médios agricultores compravam seus próprios armamentos para lutar por Roma nos campos de batalha. Sendo assim, os tribunos da plebe, representados pelos irmãos Gracos, resolveram fazer leis que contemplassem a reforma agrária em Roma para classes menos abastadas da sociedade romana, porém, seus esforços foram inúteis perante a monopolização da terra pela aristocracia senatorial.

O resultado do monopólio da terra gerado pela elite da aristocracia senatorial foi a criação de uma nova camada social, chamada proletariados: homens que tinham perdido suas terras durante o recrutamento do exército e, posteriormente, viviam na cidade de Roma. Dessa forma, a camada do proletariado tornou-se um problema na cidade de Roma durante a República, pois ela vivia de forma precarizada no meio urbano, onde a elite senatorial a controlava por meio da distribuição de trigo, em vez de fazer uma reforma agrária da terra.

No que se refere ao exército romano, este foi um fator que acentuou a crise da República. Isto é, a República romana, por meio da elite senatorial aristocrática, não tinha uma política de valorização de seus soldados, como, por exemplo, doação de terras e salários dignos.

Para Anderson (2004), durante a República, a política de desvalorização dos soldados romanos por parte da elite senatorial levou a um desvio de lealdade do exército romano perante o Estado. Assim, se, por um lado, os soldados romanos não tinham mais lealdade ao seu Estado romano republicano, por outro lado, eles eram leais aos generais, já que estes financiavam, com sua fortuna pessoal, os soldados para suas causas políticas. Esse financiamento dos generais vitoriosos durante suas campanhas militares, como os generais Mario e Silas, o Primeiro Triunvirato, estabelecido por Pompeu, César e Crasso, o Segundo Triunvirato, formado por Otaviano Augusto, Marco Antônio e Lépido, gerou um longo período de guerras civis entre estas facções, que somente cessaram com a ascensão de Augusto ao poder.

CONSOLIDAÇÃO DO PRINCIPADO DE OTAVIANO AUGUSTO

Após a morte de Júlio César, seu filho adotivo, Otaviano Augusto, terá de lutar pelo poder contra as facções de Marco Antônio e Lépido. Sendo assim, Augusto (Itália), Marco Antônio (Oriente) e Lépido (Ásia) estabeleceram um acordo político denominado Segundo Triunvirato. Este acordo objetivou dividir as possessões dos territórios de Roma entre os três triunviratos para manter o equilíbrio político. Nesse ponto, torna-se importante frisar que o gênio político Augusto terá vantagens sobre seus adversários políticos para articular sua governabilidade na Itália.

Conforme Anderson (2004), Otaviano Augusto concentrou poderes políticos supremos e conseguiu reunir, por meio de si, as forças fragmentadas de descontentes ao final da República romana. Anderson (2004) ainda aponta para o fato de que, depois da tomada do poder, Augusto tomou uma série de medidas astutas para restabelecer a paz social no final da República, após 14 anos de guerras civis.

Essas medidas tomadas por Otaviano Augusto restauraram a paz social em Roma e, conseqüentemente, o senado romano delegou uma série de poderes extraordinários. Como exemplo, pode-se citar que Augusto será reconhecido como o *Princeps senatus*. Sobre isso, Grimal (2018, p. 53) comenta:

Ele era *princeps senatus*, guia moral incontestado entre os iguais, e cada palavra e cada opinião sua eram “exemplares” (...) O *princeps senatus*, isto é, a personagem de categoria mais elevada no Senado (...) Ao torna-se *princeps senatus* Augusto ficava investido de autoridade moral, de natureza quase religiosa (...)

De acordo com Grimal (2018), durante os atos oficiais, o novo sistema é intitulado de *Respublica reddita* ou *Respublica restituta*, que significava que o poder tinha sido voltado aos seus verdadeiros donos, no caso, o senado romano e o povo de Roma. Grimal (2018, p. 53) complementa essa questão: “(...) os instrumentos do poder eram restituídos ao corpo político; mas sucedia que estes instrumentos eram confinados a único homem, investido de uma missão excepcional”. Quer dizer, Augusto era homem de qualidades excepcionais, ou seja, o homem que os deuses destinaram como guia da nova Roma, restaurada após o caos das guerras civis que consumiram a República romana durante 14 anos.

A partir do momento em que o Imperador Augusto faz o apaziguamento da República romana, o Senado e o povo de Roma dedicam a ele diversas honras cívicas e religiosas devido à sua excepcionalidade e genialidade. O próprio Augusto se glorifica dessas honras, pois isso fica evidente no seu escrito antes de sua morte, denominado “Os atos do divino Augusto”, em que descreve:

No meu sexto e sétimo consulados, após haver posto fim as guerras civis e assumindo o poder absoluto por consenso universal, transferei a República do meu domínio para o arbitro do senado e do povo romano. Por esse motivo e pelo meu próprio mérito foi-me atribuído, por decisão senatorial, o título de Augusto, e as ombreiras da minha casa foram publicamente recobertas de louros, uma coroa cívica foi fixada sobre minha porta e um escudo de ouro foi colocado na cúria Júlia, como testemunho através da inscrição nele registrada

que o senado e o povo de Romano haviam dado graças a minha virtude, clemência, justiça e devoção. Depois dessa época, fiquei acima de todos em autoridade; porém, não tive nenhum poder além do que tinha os outros que também foram meus colegas de magistratura. (AUGUSTO apud GRIMAL, 2018, p. 7).

No fragmento acima, percebem-se algumas honras cívicas e divinas públicas citadas por Otaviano, como o título de “Augusto”, a coroa cívica e o escudo da virtude. A primeira refere-se ao título dado a Otaviano pelo Senado romano em 27 a.C., denominado “Augusto”; já a segunda refere-se à homenagem que, em seus primórdios, dizia respeito a um cidadão socorrido por seu companheiro durante uma batalha (GRADEL apud SILVA, 2012). Desse modo, Augusto tinha salvado o povo de Roma da guerra civil. Por fim, tem-se o escudo da virtude, um escudo áureo que trazia, em sua inscrição, “as virtudes reconhecidas” do *princeps*. Acerca de tais honras, Gradel (apud SILVA, 2012, p. 41) constata:

Tendo recebido muitas homenagens cívicas a sua importância cresceria junto com estas, cada homenagem e atributo cívico ia aumentando o seu status no meio social, e esse status dizia respeito tanto à religião quanto a política. Se pensarmos a partir dos parâmetros fundamentados por Augusto conseguiu aumentar a sua importância, devido principalmente, as honras que lhes eram dadas e a simbologia renovada através delas.

O CULTO IMPERIAL DE OTAVIANO AUGUSTO DURANTE SEU PRINCIPADO

Tradicionalmente, compreende-se o exercício do poder imperial como sendo o poder militar dos imperadores pelo uso da força. No entanto, Mendes (2010, p. 147) discorda dessa ideia de o culto imperial ser meramente coerção física dos imperadores, assinalando o seguinte: “(...) O governo imperial não exercia o seu poder simplesmente através da força militar e da violência, mas através de uma dinâmica embebida pela religiosidade e por uma tipologia de domínio (...)”.

O culto imperial pode ser compreendido por meio da substituição do uso de coerção física militar pela “transcrição pública”. Conforme define Scott (apud MENDES, 2010, p. 165),

O sistema de representação simbólica, contido no ritual de celebração do culto imperial, denotava para aqueles que o assistiam e que dele participavam, a natureza do poder do imperador e a forma de se entender e conhecer o mundo.

Esse ritual também pode ser entendido na perspectiva de um discurso de *romanização* que preza pela expansão imperialista. Sobre esta expansão do culto do poder imperial, Mendes (2010, p. 146) complementa:

A extensão do poder imperial às províncias representou, desafios e oportunidades para aqueles que se encontravam localizados nas novas e amplas interfaces entre o império e a comunidade. O principal mediador eram os membros das elites locais sejam aristocratas, chefes tribais, reis clientes, aqueles que viviam próximos dos colonos e serviam como soldados romanos.

A partir do momento em que o Senado romano fornece o título de “Augusto” para Otaviano, em 16 de janeiro de 27 a.C., começa a se desenvolver uma nova fase na história romana, na qual se sela um novo pacto entre Otaviano Augusto e os deuses da cidade e, conseqüentemente, uma renovação da cidade. Vejamos como Grimal (2018, p. 18) analisa essa questão:

(...) O epíteto de Augusto aplicado a Octávio afirmava a missão divina do fundador, o caráter “feliz” e fecundo de toda iniciativa dele emanada. A ele e a ele apenas pertencia o privilégio de começar todas as coisas sob felizes auspícios (...) ligava-se assim antigas crenças, a uma espécie de instinto enraizado na consciência religiosa romana (...)

Assim, o designo de imperador está atrelado à função do sagrado. Em outras palavras, a divindade está ligada à instituição do Principado que faz parte do Império. Grimal (1993, p. 59) nos alerta sobre a divindade do imperador romano:

(...) O imperador, vivo ainda não é um deus, e o agente da divindade, a alma desse ser transcendente que é o Estado romano. Tal é missão que lhe foi confiada. Se se mostrar digno, o povo romano divinizará-lo-á definitivamente uma vez terminada a sua vida terrestre. Tornar-se-á *divus*, e recebera culto oficial. Aconteceu com César, depois com Augusto (...)

Quanto à divindade do Imperador Augusto, Grimal (1993, p. 12) conclui:

(...) a partir de César, e depois de Augusto, conferia-lhe um prestígio, muito particular, quando não o de divindade, pelo menos o que se pode de chamar uma predestinação para se tornar um Deus, o reconhecimento, nele de uma natureza divina ou sobre humana, que se afirmava ao logo da vida (...)

Segundo Rostovtzeff (1967), a origem do culto imperial em Augusto baseia-se na ideia de *genius* divino que nasce no homem. Em relação ao *Genius Augusto*, este tem o

poder criador divino de organizar a grande família romana. Rostovtzeff (1967) ainda afirma que o culto imperial congrega, na pessoa de Augusto, a união entre religião e Estado. Pode-se dizer, portanto, que a religião e o Estado são extensão do poder político do Imperador Augusto.

Quanto ao uso político-administrativo e religioso da moeda, não existe consenso entre os pesquisadores de que ela seja instrumento de propaganda. Logo, alguns defendem que as moedas são instrumentos de propaganda e outros não, como, por exemplo, Zanker (1992) e Crawford (1983). O primeiro defende a moeda como instrumento de propaganda para os governantes, e o segundo assevera que ela não exerce propaganda para os soberanos.

Para Zanker (1992, p. 18), “o retrato de Augusto nas moedas, por exemplo, propagandeava tanto o Estado quanto o seu imperador, garantindo-lhe mérito e prestígio”. No que concerne a essa discussão, Gonçalves (2001, p. 57) declara:

Lembra que Augusto foi o primeiro imperador a se preocupar com sistematização das imagens e seus *links* com a organização política, procurando reconhecer de forma pública suas qualidades militares como *Divi filius* e seus méritos no comando do Estado.

Entretanto, para Crawford (1983), as moedas não são veículos de propaganda para o culto imperial. O autor evidencia essa discordância da seguinte maneira:

Elas só apresentavam inscrições e figuras porque esse era um hábito romano. Os tipos e as legendas normalmente tinham duas funções: identificar a autoridade responsável por sua cunhagem e proclamar a mensagem de que tal autoridade estava no poder. (CRAWFORD, 1983, p. 47-49).

Por fim, Porto (2012, p. 17) constata que “a estética foi, desse modo, posta a serviço da política”. Assim, a estética tem como objetivo legitimar o poder político-administrativo de seus governantes por meio de imagens.

ANÁLISE METODOLÓGICA

Neste artigo, a fonte utilizada é uma moeda romana provincial do século 14 a.C., oriunda da Colônia Patrícia, localizada na Espanha.

A metodologia empregada para análise da referida fonte será o método

iconográfico proposto por Erwin Panofsky. Essa metodologia é baseada em três níveis: descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e interpretação iconográfica. No primeiro nível, procura-se fazer o reconhecimento elementar da moeda por intermédio da simples “descrição pré-iconográfica”, ou seja, descrever o significado primário e natural das imagens. Já no segundo, faz-se uma análise iconográfica secundária dos possíveis significados da moeda. Por fim, no terceiro nível, realiza-se uma análise mais profunda da moeda, intitulada por Panofsky (apud BURKE, 2017) de “Iconografia no sentido mais profundo”.

A seguir, faremos a análise da imagem da moeda da Colônia Patrícia, baseando-se no método iconográfico de Panofsky.

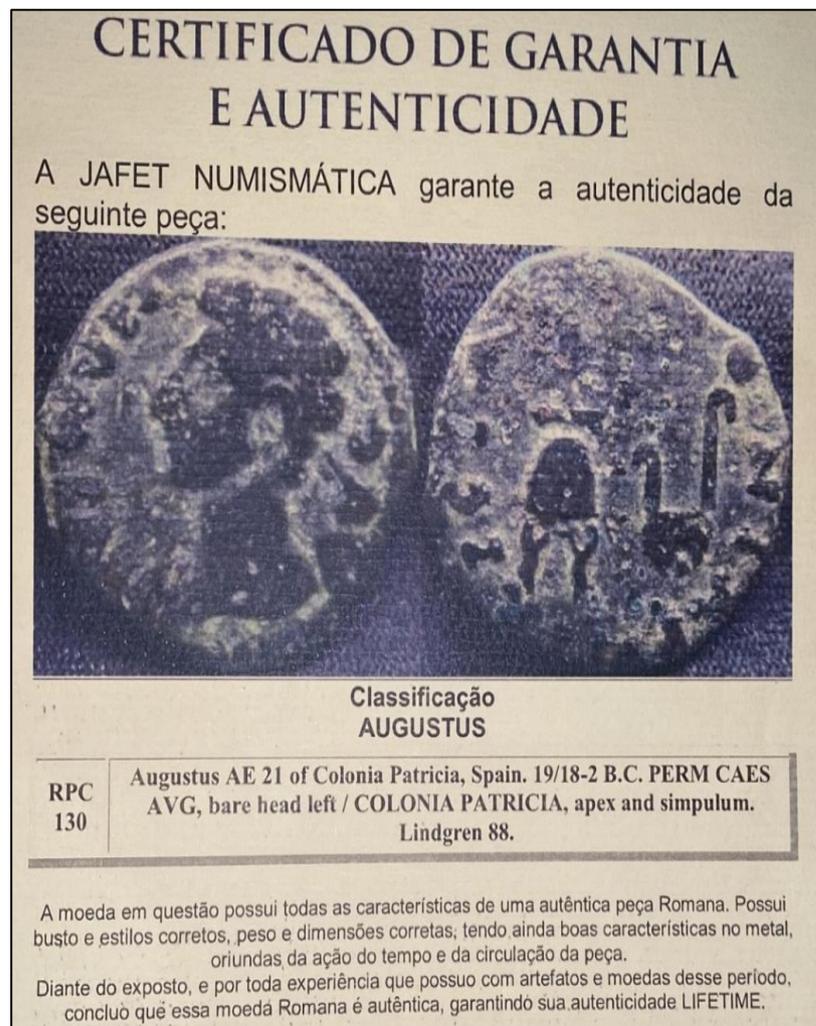


Figura 1. Anverso: Efigie – Busto do Imperador Otaviano Augusto (27 a.C. - 14 d. C.). Legenda: *PERM CAES AVG*, cabeça descoberta à esquerda. Cabeça nua de Augusto. Reverso: Legenda: Colônia Patrícia. Símbolos sacerdotais – *Apex* e *Simpulum*. Fonte: Acervo particular de Alan Brito.

Primeiro nível, descrição pré-iconográfica: o objeto em estudo é uma moeda formada por duas faces, cara e coroa. Ela apresenta cor esverdeada em ambas as faces, com circunferência irregular e gasta. Na face “cara”, tem-se a imagem de um rosto de uma pessoa qualquer e, ao redor da moeda, aparecem algumas letras e pontos. No que diz respeito à face “coroa”, há dois objetos não identificáveis e, ao redor destes, aparecem letras e pontos.

Segundo nível, análise iconográfica: neste nível, analisam-se as partes específicas da moeda (quadro 1), tais como: classificação, tipo de patina, tipologia do metal, composição do metal, borda, tipo de moeda, formato, origem, anverso e reverso, diâmetro, espessura, peso.⁶

Classificação da moeda: moeda provincial romana.
Tipo de patina: escura.
Tipologia do metal: bronze.
Composição do metal: cobre, estanho e outros metais em menor quantidade.
Borda: pontilhada no anverso e reverso.
Tipo de moeda: <i>semis</i> ⁷
Formato: circular irregular.
Origem/Ano: Espanha: Colônia Patrícia, 19/18-2 a.C.
Anverso: Efégie – Busto do Imperador Otaviano Augusto (27 a.C. – 14 d.C.). Cabeça descoberta à esquerda. Cabeça nua de Augusto.
Reverso: Símbolos dos collegios sacerdotais – <i>Apex</i> (touca, representa o cargo Flaminato) e <i>Simpulum</i> (colher comprida para tirar vinho do cântaro para a taça, representa o cargo de Pontífice Máximo).
Legendas: anverso: <i>PERM CAES AVG</i> (Tradução: “com permissão de César Augusto”); reverso: Colônia Patrícia.
Diâmetro: 21,46 mm.

⁶ O anverso é a face principal da moeda, que traz a efégie do soberano ou as indicações de maior importância; o reverso, a face oposta ao anverso, traz os dados de importância secundária; a borda é a parte curva da moeda e por onde se pode dimensionar a espessura do disco; o diâmetro é a medida em milímetros da moeda; e as legendas são inscrições que transmitem o momento político ou transitório em que se encontra o país, servindo também para enaltecer seu soberano ou apenas identificá-lo. MOEDAS DO BRASIL. **Partes da moeda.** Disponível em: <http://www.moedasdobrasil.com.br/moedas/partes.asp>. Acesso em: 15 out. 2022.

⁷ Segundo Cantinela (2008), a reforma monetária de Otaviano Augusto ocorreu em 23 a.C., momento em que se estabeleceu a produção de quatro tipos de metais para fabricação e produção de moedas no Império Romano, logo após as guerras civis, quais sejam: áureo e quinário são de ouro; denário e quinário são de prata; sestércio e dupôndio são de bronze; asse e *semis* são de cobre. Sendo assim, a moeda *semis* valia a metade de um asse. Em contrapartida, para Tristán (1980), a moeda *semis* é de bronze devido à grande quantidade de cobre, estanho e outros metais (chumbo, ferro, níquel, silício, alumínio e prata) em sua composição.

Espessura: 1,80 mm.

Peso: 4,1 grama.

Quadro 1. Partes específicas da moeda *semis*. Fonte: Acervo particular de Alan Brito.

Terceiro nível, interpretação iconográfica: a moeda *semis* é do século 19/18-2 a.C., proveniente da Colônia Patrícia, atual Espanha. Ela traz, no seu anverso, a imagem do Imperador Otaviano Augusto e, no seu reverso, a legenda “Colônia Patrícia” e os símbolos sacerdotais, *Apex e Simpulum*, fazendo alusão aos colégios sacerdotais da religião romana. Assim, faremos, primeiramente, a contextualização sócio-histórica e espacial da moeda. Depois, será feita a interpretação dos elementos que compõem o seu anverso e reverso.

Córdoba (Colônia Patrícia) teve sua primeira fundação a partir de duas estadias do cônsul Claudio Marcelo na Espanha, entre 152 e 169 a.C. (NEILA, 2017). Em seguida, em 45 a.C., a cidade esteve envolvida nas guerras civis republicanas entre Pompeu e César, tendo um saldo de vinte mil mortos por ter apoiado os pompeianos. Por fim, em 43 a.C., ocorreu o ritual de inauguração a oeste da cidade. Neila (2017, p. 372) evidencia a relevância da fundação da Colônia Patrícia:

(...) Mas também, como outras primeiras criações urbanas de Roma na Hispânia (Itália, Cartheia, Gracchuris, etc.), surgiram devido às necessidades militares da presença militar. São referências frequentes a Córdoba como um assentamento de tropas e local de expedições militares durante os séculos 2 a 1 a.C., também devido ao seu status de quartel-general oficioso do governador romano.

Sobre a refundação da cidade de Córdoba, Neila (2017, p. 373) comenta:

Outra novidade importante foi a mudança de nome. Foi abandonada, pelo menos oficialmente, a de Córdoba, de Origem nativa, e passou a se chamar Colônia Patrícia. Este epíteto, Patrícia, com quem ela foi sem dúvida homenageada, tem sido o assunto de várias interpretações (...) em homenagem a Júlio César, na qualidade de dedutor pertencente a uma família Patrícia descendente de Rômulo, fundador de Roma.

Conforme indica o autor, Otávio Augusto desenvolveu uma grande reforma na Espanha durante sua caminhada entre 15 e 13 a.C. A partir disso, ele transformou a Colônia Patrícia em capital oficial da nova Hispânia Ulterior Bética. A transformação da Colônia em capital da Espanha trouxe aspectos positivos em sua economia, como a

estadia de funcionários de Roma (governadores e funcionários da administração), que foram relevantes para a aristocracia local acumular grandes lucros por meio dos fluxos de pessoas. Quanto à importância da estratégia econômico-espacial da Colônia Patrícia, Neila (2017, p. 375) aponta:

(...) Sua definição espacial com capital localizada em posição quase tangencial, tinha mais a ver com interesses econômicos e sua localização na rede de comunicações. Os territórios montanhosos do convento Cordubesis faziam parte do Mons Marianus, área de ligação entre o vale Guadalquivir e planalto-extremadura, de que fazia parte a Túrdula Baeturia, uma das principais reservas de mineral da Hispânia romana.

De acordo com Neila (2017), a Colônia Patrícia foi a cidade da *Baetica* que mais obteve ordenações na categoria de equestre na época imperial, tendo ocupado diversos cargos civis e militares na nova burocracia de Augusto. O autor exemplifica essa transformação desse novo status social:

Na geração cordobesa que viveu aqueles tempos difíceis e a transição do segundo triunvirato, encontramos nomes próprios, que constituem eloquentes testemunhos das oportunidades de promoção social que surgiram com novo regime imperial. O caso mais significativo foi clã dos Anneos, promovido a ordem senatorial. A família sobreviveu nos anos turbulentos do fim da República salvaguardou seus interesses materiais e estabeleceu relações lucrativas de dentro da província e em Roma (...) (NEILA, 2017, p. 379).

Além disso, para Melchor (2006 apud NEILA, 2017, p. 379), “esses novos horizontes se abriram também para outras famílias notáveis da província, quando se tornaram Colônia Patrícia em pólo de atração onde se estabelecer contatos lucrativos, o que facilitará ascensão social e progressos em suas carreiras públicas”.

Feita a contextualização sócio-histórica e espacial da moeda, passaremos à análise de suas duas faces. Em relação ao anverso, pode-se notar a efígie do Imperador Otaviano Augusto, que viveu entre 27 a.C. e 14 d.C., pois a moeda possui uma legenda em latim com a inscrição abreviada “*PERM CAES AVG*”, em português, “Com permissão de César Augusto”. No que diz respeito ao Imperador Otaviano, podemos dizer que ele foi restaurador da República romana, por isso, recebeu diversas honras cívicas e religiosas do Senado romano, como, por exemplo, o título de “Augusto”, que significa aquele que selou um pacto com os deuses e os homens.

Em relação à abreviação em latim, esta refere-se à autorização de cunhagem por parte do imperador. Em outras palavras, somente o imperador pode dar autorização para cunhar moeda na localidade. Tristán (1980, p. 10) analisa essa questão da seguinte forma: “(...) Entre 15 e 14 a.C., Augusto faz viagem à Península. É então um momento muito oportuno para que as cidades lhe peçam – e ele concede – autorizações que deem direito a novas cunhagens de moedas”.

No que tange ao reverso, notam-se os símbolos sacerdotais, *Apex* e *Simpulum*, e a legenda “Colônia Patrícia”, que serão detalhados a seguir. Nesse ponto, reitera-se que o *Apex* e o *Simpulum* são instrumentos os quais fazem alusão aos poderes sacerdotais de Augusto. O *Apex* era uma touca pontiaguda que representava o cargo flaminato e, segundo Campos (2017, p. 162), o *Simpulum* pode ser definido como

uma concha ou copo com uma alça muito longa, usada para levar o vinho ou outros licores de uma cratera a outro vaso, fazer libações ou ainda, talvez, provar e derramar líquidos na cabeça de animais que seriam sacrificados. É a insígnia do sacerdócio e uma das insígnias do colégio dos pontífices.

Conforme explicam Stepper e Delgado (apud CAMPOS, 2017, p. 162),

os instrumentos sacrificiais e augurais, como as insígnias sacerdotais, simbolizavam a autoridade, a responsabilidade e a piedade do emissor, seja ele o *Pontifex Maximus*, um sacerdote ou um líder como Júlio César, Marcos Antônio, Lépido, Augusto, Calígula, Vespasiano, Nerva, Antonino Pio, Marco Aurélio, Caracala e Valeriano II.

Desse modo, esses instrumentos podem representar vários colégios sacerdotais, porém, ficaremos restritos ao cargo de Pontífice Máximo ocupado pelo Imperador Otaviano Augusto. Sendo assim, destacam-se algumas atribuições do cargo, nas perspectivas de Beltrão e Van Haepere (apud ROSA, 2015, p. 19):

responsáveis pelo calendário e pelos aspectos rituais dos cultos e festivais públicos, pela manutenção dos registros religiosos públicos, pela interpretação dos prodígios e portentos, pela preservação da forma correta de promessas e juramentos e pelas fórmulas rituais, dedicações e sacrifícios eram também responsáveis pela supervisão das leis funerárias, pelos casamentos de *gentes* patrícias, pelas adoções, testamentos e heranças, emitiam pareceres sobre delitos religiosos e incestos, e outras ações e elementos que diríamos pertencer ao âmbito privado das vidas e relações humanas.

Por fim, o reverso, que tem como inscrição “Colônia Patrícia”, remete ao estatuto jurídico da cidade, denominado Colônia, ou seja, a cidade é, por definição, uma Colônia. Grimal (2018, p. 327) define o estatuto de Colônia desta forma:

Estabelecimentos de cidadãos num território conquistado por Roma. A sua multiplicação sistemática foi inicialmente o processo de romanização de Itália e depois as províncias. As mais antigas colônias conhecidas datam de segunda metade do século II a.C. Durante muito tempo, estas colônias tinham objetivos militares (...), mas a designação e o estatuto de romana, muito procurado, ainda serão confinados títulos honoríficos.

Outro aspecto a ser observado no reverso da moeda é o termo “Patrícia”. Segundo Tristán (1980), fazer circular moedas com seu nome é uma maneira de realizar uma homenagem à cidade, que também carrega, orgulhosamente, o título de “Patrícia”. Para Neila (2017), esse título era uma homenagem a Júlio César, pois ele era membro de uma família Patrícia descendente de Rômulo, que fundou a cidade de Roma.

Ademais, nota-se a divergência quanto à datação da moeda. De acordo com Tristán (1980), a moeda *semis* tem datação de 12 a.C., contudo, para Soeiro (2013), a sua datação pode ser de 14 a.C., conforme informado no seu catálogo de moeda, intitulado “Roma-História e moeda”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se, novamente, que este artigo realizou um estudo sobre a propaganda do culto imperial sacerdotal na Colônia Patrícia, por meio da moeda *semis*, durante o Principado de Otaviano Augusto, primeiro imperador romano.

A moeda *semis* é uma evidência histórica que revela as estruturas sociais, econômicas, políticas e até religiosas do Império Romano. Isto é, uma moeda não é somente um pedaço de metal, mas faz parte de um rico sistema de símbolos culturais, que precisa ser decifrado através de método iconográfico, capaz de fazer as leituras dos significados do seu anverso e reverso. Em síntese, a moeda é um testemunho histórico de determinada espacialidade e temporalidade de uma sociedade.

Por exemplo, por meio de pequenas moedas, pode-se fazer propaganda de um determinado governo para legitimar sua forma de governar e se consolidar através do poder político-administrativo. Esse foi o caso do Imperador Augusto, que fez sua política

de propaganda do culto imperial na Colônia Patrícia por via de moeda. Dessa maneira, as elites locais da Colônia aceitavam o culto sacerdotal do imperador com o propósito de ganhar prestígio político diante do sistema imperial de Roma, mas com o interesse de aderir ao projeto de civilização romana de cidade urbanizada. Carlan e Funari (2012, p. 68-69) explicam a importância da propaganda da moeda:

(...) a função da moeda como elemento de propaganda política, composta por uma série de características simbólicas. Enquanto o arco do triunfo é fixo em um determinado local, a moeda vai circular por todo vasto mundo romano, levando consigo toda uma carga imagética identificada pelo usuário.

Portanto, encerramos este artigo sabendo que algumas lacunas teórico-metodológicas ficaram no decorrer de sua construção, entretanto, ficamos estimulados a superar, desenvolver e aprofundar futuras pesquisas na temática abordada. A esse respeito, cumpre destacar a reflexão de Peter Burke (2017, p. 18) sobre a “invisibilidade do visual”:

É bem possível que os historiadores ainda não considerem a evidência de imagens com bastante seriedade, de tal modo que uma discussão recente falou da “invisibilidade do visual”. Como observado por um “historiador da arte, historiadores (...) preferem lidar com textos e fatos políticos ou econômicos e não com níveis profundos de experiência que as imagens sondam”, enquanto outro historiador refere-se à “condescendência em relação às imagens” que isso implica.

Em suma, esperamos que este trabalho possa contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas na referida temática, bem como para novos estudos na área de História Antiga, superando questões que não foram tratadas neste texto. Assim, entendemos que o tema em questão é complexo, pois não pode ser esgotado em um artigo, no entanto, sentimos-nos realizados em elaborar uma produção científica relevante para a História, mais especificamente, para a História Antiga.

REFERÊNCIAS

Moeda

Certificado de Garantia e Autenticidade – Jafet Numismática.

RPC-130: AUGUSTUS. AE OF COLÔNIA PATRICIA. SPAIN. 19/18-2. B.C PERM CAES AVG, bare head left / COLÔNIA PATRICIA, apex and simpulum. Lindgr.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CRAWFORD, M. H. Roman imperial coin types and the formation of public opinion. In: BROOKE, C. N. L. **Studies in numismatic method**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983

CAMPOS, Carlos. **Otávio Augusto e as suas redes político-religiosas nos *quattuor amplissima collegia sacerdotum romanorum* (29 AEC – 14 EC)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CANTILENA, Renata. **Moedas na Grécia e Roma: notas sobre numismática antiga**. Milão/Itália: Monduzzi, 2008.

CARLAN, Claudio; FUNARI, Pedro. **Moedas: a Numismática e o estudo da História**. São Paulo: Annablume, 2012.

COSTILHES, Alain. **O que é numismática**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRIMAL, Pierre. **O século de Augusto**. Portugal: Edições 70, 2018.

_____. **O império romano**. Portugal: Edições 70, 1993.

_____. **A civilização Romana**. Portugal: Edições 70, 2018.

MARTIN, Thomas. **Roma Antiga: de Rômulo a Justiniano**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2014.

MENDES, Norma Musco. **O culto imperial como “transcrito público”**. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELIGIÃO, MITO, MAGIA NO MUNDO ANTIGO. Rio de Janeiro: Núcleo de Estudos da Antiguidade/UERJ, nov. 2010.

NEILA, Juan Francisco Rodríguez. Colonia Patricia (Corduba), capital de la Bética. **Gerión. Revista de História Antigua**, v. 35, n. Esp., p. 371–398, 26 jul. 2017.

PORTO, Wagner Carvalheiro. O culto imperial e as moedas do império romano. **Phoînix**, Rio de Janeiro, vol. 24, n. 1, maio 2018.

ROSTOVTZEFF, Mikhail Ivanovich. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

SILVA, Debora. **Genius Augusti**: uma análise dos fundamentos do culto imperial a partir do altar Belvedere (ca. 12 a.C.). 2012. Monografia (Especialização em História) – Centro de Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOEIRO, Antonio. **Roma: História e moedas**. 1. ed. São Paulo: Ed. do Autor, 2013.

TRISTÁN, Francisca Chaves. Los dos momentos de amonedación en la Córdoba romana. **Revista Museo Arqueológico Provincial de Córdoba**, n. 10, p. 3-11, 1980-1981.